



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO

Número \_\_\_\_\_ / XI ( \_\_\_ª)

PERGUNTA

Número \_\_\_\_\_ / XI ( \_1\_ª)

Assunto: **Atraso da ACT face às participações e denúncias da Comissão de Trabalhadores da SPdH/Groundforce**

Destinatário: **Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social**

*Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República*

|                      |
|----------------------|
| Expeça-se            |
| Publique-se          |
| / /200__             |
| O Secretário da Mesa |

O Grupo Parlamentar do PCP foi alertado para as preocupações da Comissão de Trabalhadores da SPdH/Groundforce, relativamente ao atraso na resposta que se verifica da parte da ACT/Autoridade para as Condições de Trabalho perante os problemas concretos que foram identificados pela CT.

Chegaram assim ao nosso conhecimento numerosas comunicações da Comissão de Trabalhadores à ACT que ainda não tiveram resposta, nomeadamente as seguintes:

- 6/1/2010 - Queixa da Comissão de Trabalhadores à ACT, relativa ao incumprimento da cláusula 12ª do AE em vigor
- 6/1/2010 - Queixa da Comissão de Trabalhadores à ACT sobre a não conversão de trabalhadores com contrato a termo em contrato sem termo e a sua substituição directa por trabalhadores temporários
- 30/7/2009 - Queixa da Comissão de Trabalhadores à ACT sobre o não respeito pela Administração do dever de consulta à CT
- 6/1/2010 - Queixa da Comissão de Trabalhadores à ACT sobre as alterações excessivas de horários
- 7/1/2010 - Queixa da Comissão de Trabalhadores à ACT sobre a violação da lei 99/2003 no âmbito de funcionamento da CT
- 3/4/2008 - Queixa da Comissão de Trabalhadores sobre o não respeito pela Administração do dever de consulta à CT
- 4/5/2009 - Queixa da Comissão de Trabalhadores à ACT sobre seis questões diferentes (dispensa de banco, despesas da CT, falta de pedido de parecer, não renovação de contratos)
- 7/4/2009 - Queixa da Comissão de Trabalhadores à ACT sobre a alienação do balcão de emissões

.../...



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Sabendo das dificuldades por que passa a ACT, nomeadamente em meios humanos – e particularmente por termos em conta essa falta de meios – temos de alertar para os seus resultados, com esta ausência de resposta e de acção por parte das autoridades competentes para a fiscalização e a garantia do cumprimento e respeito pela legalidade nas relações laborais, relativamente a problemas graves nesta empresa que a CT aponta. E tal situação levanta preocupações e exige medidas por parte do Governo.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea d) do Artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e em aplicação da alínea d), do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, pergunto ao Governo, através do **Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social**, o seguinte:

- Que medidas serão tomadas criando as condições, ao nível da ACT, para uma acção e uma resposta efectiva a estes problemas concretos que a Comissão de Trabalhadores da SPdH/Groundforce tem vindo a denunciar?

Assembleia da República, 18 de Março de 2010.

**O Deputado:**

**Bruno Dias**